

Educação étnico-racial como prática antirracista: reflexões sobre a Lei 10.639/03

José Leonardo Diniz de Melo Santos

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco

Iranildo de Oliveira Nery

UPE - Campus Mata Norte

Nathalia Valeska Bringel de Melo

Universidade Federal de Pernambuco

Carlos Antonio Furtado Dutra

Centro Universitário Santa Terezinha - CEST

Bruno Henrique Fernandes da Silva

Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Ítalo Gustavo e Silva Leite

UEMA

Márcia Maria Siqueira Vieira

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA- Canoas / RS)

Alcione Santos de Souza

Universidade do Estado do Pará

Cliciano Vieira da Silva

Musty University

Laryssa Saraiva Queiroz

Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Este estudo investigou a implementação da Lei 10.639/03 no contexto da promoção da educação étnico-racial como uma prática antirracista no Brasil. Através de uma pesquisa bibliográfica, analisou-se a relação entre a legislação educacional, as práticas pedagógicas e os resultados observados nesse campo. A Lei 10.639/03 representou um marco crucial ao incluir conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, visando combater o racismo estrutural e promover a valorização da diversidade cultural. Os impactos observados incluem uma maior representatividade, o fortalecimento da identidade negra e o desenvolvimento de habilidades críticas nos estudantes. No entanto, persistem desafios como a formação de professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência social. Apesar disso, as perspectivas futuras são otimistas, com o crescente interesse e mobilização em prol da promoção da educação étnico-racial, o que pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva e igualitária no Brasil.

Palavras-chave: Educação étnico-racial; Lei 10.639/03; Prática antirracista.

Date of Submission: 17-04-2024

Date of Acceptance: 27-04-2024

I. Introdução

A promoção da educação étnico-racial como prática antirracista emerge como uma necessidade premente na contemporaneidade, evidenciando a urgência de combater o racismo estrutural em todas as esferas

da sociedade. Sob essa perspectiva, a promulgação da Lei 10.639/03 representa um marco fundamental ao reconhecer a importância de incluir conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Esta legislação, no entanto, levanta questões sobre sua implementação efetiva e os impactos concretos nas práticas educacionais (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

No contexto brasileiro, a educação étnico-racial não se limita apenas à transmissão de conhecimentos históricos, mas também busca fomentar uma consciência crítica sobre as relações raciais e promover a valorização da diversidade cultural. Contudo, o desafio reside na tradução desses objetivos em ações tangíveis dentro das instituições de ensino, incluindo a formação adequada de professores, a disponibilidade de recursos didáticos apropriados e a criação de ambientes escolares inclusivos e respeitosos da diversidade (GONÇALVES, 2018).

À luz dessas considerações, é crucial analisar de forma crítica não apenas o texto da Lei 10.639/03, mas também sua efetiva implementação e os desafios enfrentados pelas escolas na promoção de uma educação verdadeiramente antirracista. Nesse sentido, esta revisão pretende não só compreender o papel da educação na luta contra o racismo, mas também identificar lacunas e oportunidades para aprimorar as políticas educacionais e práticas pedagógicas visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, esta pesquisa se propõe a investigar mais profundamente a relação entre a legislação educacional, as práticas pedagógicas e os resultados observados na promoção da educação étnico-racial como ferramenta antirracista. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, busca-se não apenas compreender os avanços e desafios enfrentados, mas também sugerir direcionamentos para políticas públicas e ações educacionais que efetivamente contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

II. Materiais e métodos

Para investigar a relação entre a legislação educacional, as práticas pedagógicas e os resultados observados na promoção da educação étnico-racial como ferramenta antirracista, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa é caracterizado pela análise e síntese de informações provenientes de diversas fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos e documentos oficiais. Optou-se por essa abordagem devido à necessidade de compreender o contexto histórico, as bases teóricas e as experiências práticas relacionadas ao tema em questão.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, foram realizados levantamentos em diversas plataformas acadêmicas, incluindo Scielo, Scopus e Google Acadêmico, além de repositórios brasileiros. Essas plataformas oferecem acesso a fontes de estudos, contribuindo para a obtenção de uma visão abrangente sobre o assunto. Além disso, foram feitas leituras flutuantes, permitindo uma exploração inicial do material disponível e a identificação de estudos e documentos pertinentes à pesquisa.

A análise qualitativa dos estudos selecionados foi realizada com o intuito de extrair informações relevantes, identificar padrões e tendências, e compreender as diferentes abordagens adotadas por pesquisadores e profissionais da educação étnico-racial. Essa análise envolveu a síntese dos principais conceitos, argumentos e evidências apresentadas nos textos, bem como a reflexão crítica sobre suas implicações para a compreensão do tema em estudo.

Ao final do processo, os resultados da pesquisa foram sintetizados de forma a oferecer uma visão panorâmica e aprofundada sobre a relação entre legislação educacional, práticas pedagógicas e promoção da educação étnico-racial como prática antirracista. Essa síntese incluiu uma discussão sobre os desafios enfrentados, as lacuna

III. Resultados e discussões

2.1 Lei 10.639/03

A contextualização histórica da Lei 10.639/03 remonta a um longo processo de luta e reivindicação dos movimentos sociais afrodescendentes no Brasil. Ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1930, movimentos negros e intelectuais afro-brasileiros começaram a demandar o reconhecimento e valorização da cultura e história africanas, bem como a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de compreender a pluralidade que caracteriza a nação (COELHO; BRITO, 2020).

No entanto, foi somente nos anos 1990 que essas demandas ganharam maior visibilidade e força política. O reconhecimento da década de 1990 como a "Década Internacional dos Afrodescendentes" pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, em 2001, foram eventos que impulsionaram o debate sobre o racismo e a necessidade de políticas públicas para promover a igualdade racial (PETIT, 2016).

Nesse contexto, a Lei 10.639/03 foi promulgada em 9 de janeiro de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (PETIT, 2016).

A lei também determinou que o conteúdo programático dessas disciplinas seja ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. A Lei 10.639/03 representou, assim, um importante avanço na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural brasileira. Ao reconhecer e incluir no currículo escolar a história e cultura afro-brasileira e africana, a legislação busca combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, promover a autoestima e identidade das pessoas negras e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (FILIZOLA; BOTELHO, 2019).

A Lei 10.639/03 enfatiza de forma detalhada a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, abrangendo diversos aspectos que anteriormente eram negligenciados ou marginalizados nos espaços educacionais. Reconhece a importância da diversidade cultural presente na sociedade brasileira, destacando as contribuições da população afrodescendente para a formação da identidade nacional. Isso se reflete na inclusão de conteúdos que abordam a história, cultura, tradições, religiosidade e contribuições sociais, econômicas e políticas dos povos africanos e afro-brasileiros (GONÇALVES, 2018).

Além disso, a lei visa combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, promovendo a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e suas origens históricas. Ao incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, busca-se promover a valorização da identidade negra, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

A Lei 10.639/03 também enfatiza a importância de ampliar o conhecimento histórico dos estudantes, proporcionando uma visão mais abrangente e inclusiva da história do Brasil e do continente africano. Isso envolve o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para o desenvolvimento cultural, econômico, social e político do país (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023).

Para concretizar esses objetivos, a legislação preconiza a integração curricular, ou seja, a inclusão dos conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana em diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, tornando-os parte essencial do currículo escolar. Essa abordagem visa garantir que todos os estudantes tenham acesso a esses conteúdos ao longo de sua trajetória educacional, contribuindo para uma formação mais ampla, crítica e consciente sobre as questões raciais e culturais do país (PETI, 2016).

2.2 Impactos da Lei 10.639/03 na educação

A implementação da Lei 10.639/03 gerou impactos significativos no sistema educacional brasileiro, transformando a forma como a história e cultura afro-brasileira e africana são abordadas nas escolas. Ao incluir esses conteúdos nos currículos escolares, a legislação promoveu uma maior representatividade e diversidade, rompendo com a visão eurocêntrica predominante e permitindo que os estudantes tivessem acesso a uma visão mais plural e abrangente da sociedade brasileira (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023).

Um dos principais impactos da Lei foi a promoção da valorização da identidade negra e o combate ao racismo. Ao aprender sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, os estudantes negros passaram a se sentir mais representados e valorizados no ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma autoestima positiva e para o fortalecimento da identidade étnico-racial. Além disso, o ensino desses conteúdos possibilitou que todos os estudantes desenvolvessem uma consciência crítica sobre as desigualdades raciais existentes no país, estimulando o diálogo e a reflexão sobre o tema (OLIVEIRA; CARVALHO, 2023).

Outro impacto importante foi a integração dos conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana em diferentes disciplinas, possibilitando uma abordagem interdisciplinar e contextualizada dos temas. Essa integração permitiu que os estudantes compreendessem as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira de maneira mais ampla e profunda. Por exemplo, os alunos puderam estudar a influência da cultura africana na música, na religião, na culinária e nas artes brasileiras, ampliando seu entendimento sobre a diversidade cultural do país (RIBEIRO; PAIVA, 2023).

Além disso, a abordagem integrada favoreceu o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico e a reflexão sobre as questões étnico-raciais. Os estudantes foram estimulados a questionar estereótipos e preconceitos, a analisar as relações de poder presentes na sociedade e a pensar em formas de promover a igualdade e o respeito à diversidade. Essa formação crítica é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas são respeitadas e valorizadas independentemente de sua origem étnico-racial (PETIT, 2016).

2.3 Lei 10.639/03: desafios e perspectivas futuras

Apesar dos avanços proporcionados pela Lei 10.639/03 na promoção da educação étnico-racial no Brasil, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados para garantir uma efetiva implementação e impacto dessa legislação. Um dos principais desafios diz respeito à formação adequada de professores para abordar os conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana de forma sensível, crítica e

contextualizada. Muitos educadores ainda enfrentam dificuldades em lidar com esses temas, seja por falta de conhecimento específico, seja por resistência pessoal ou institucional. Portanto, é fundamental investir na formação continuada de professores, oferecendo cursos, workshops e recursos pedagógicos que os capacitem para trabalhar de maneira eficaz e inclusiva com a diversidade étnico-racial em sala de aula (COELHO; BRITO, 2020).

Outro desafio importante é a escassez de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Muitas escolas ainda carecem de livros, vídeos, jogos e outros materiais que abordem esses conteúdos de maneira acessível e interessante para os estudantes. Portanto, é necessário desenvolver e disponibilizar mais recursos didáticos que contemplem a diversidade étnico-racial do Brasil, garantindo que todos os alunos tenham acesso a materiais de qualidade que os auxiliem na compreensão e reflexão sobre essas temáticas (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

Além disso, enfrenta-se o desafio da resistência de alguns setores da sociedade em aceitar a inclusão dos conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Ainda há uma visão equivocada de que esses temas são "secundários" ou "menos importantes" em relação aos conteúdos tradicionais, o que dificulta a implementação efetiva da Lei 10.639/03 em algumas escolas e comunidades. Portanto, é necessário promover uma ampla conscientização sobre a importância da educação étnico-racial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, combatendo os preconceitos e estereótipos que ainda permeiam nossa sociedade (FILIZOLA; BOTELHO, 2019).

No entanto, apesar dos desafios, existem perspectivas promissoras para o futuro da educação étnico-racial no Brasil. A crescente mobilização e organização dos movimentos sociais, acadêmicos e educacionais em torno dessa temática demonstra um interesse e comprometimento cada vez maiores com a promoção da igualdade étnico-racial no país. Além disso, avanços na legislação e políticas públicas podem contribuir para fortalecer a implementação da Lei 10.639/03 e garantir que seus objetivos sejam efetivamente alcançados (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

IV. Conclusão

Em conclusão, a Lei 10.639/03 representa um marco significativo na promoção da igualdade étnico-racial e valorização da diversidade cultural no Brasil. Ao reconhecer e incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, a legislação busca combater o racismo estrutural, promover a autoestima e identidade das pessoas negras e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A contextualização histórica da Lei evidencia um longo processo de luta e reivindicação dos movimentos sociais afrodescendentes, culminando em sua promulgação no início do século XXI. Os impactos observados demonstram avanços na representatividade, na valorização da identidade negra e no desenvolvimento de habilidades críticas dos estudantes. No entanto, desafios como a formação de professores, a disponibilidade de materiais didáticos e a resistência social ainda precisam ser superados. Contudo, as perspectivas futuras são promissoras, com o crescente interesse e mobilização em torno da promoção da educação étnico-racial, que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária no Brasil.

Referências

- [1]. ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Proposições**, v. 28, n. 1, 2017.
- [2]. COELHO, W. N. B.; BRITO, N. J. C. Dez anos da Lei Nº 10.639/2003 e a formação de professores e relação raciais em artigos (2003/2013): um tema em discussão. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 39, p. 19-42, abr./jun. 2020.
- [3]. FILIZOLA, G. J.; BOTELHO, D. M. Lei 10.639/2003: caminhos para desconstrução do racismo epistêmico/religioso no ambiente escolar. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 59–78, 2019.
- [4]. GONÇALVES, R. C. Quinze anos da Lei 10.639/03 - avanços e retrocessos **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 4, n. 2, p. 434-439, jul./dez. 2018.
- [5]. OLIVA, A.; CONCEIÇÃO, M. T. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**, 12(25), 2023.
- [6]. OLIVEIRA, A. de S.; CARVALHO, M. E. G. Notas sobre os vinte anos da lei 10.639/2003 e educação antirracista. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, 2023
- [7]. PETIT, S. H. Práticas Pedagógicas para a Lei Nº 10.639/2003: A Criação de Nova Abordagem de Formação na Perspectiva das Africanidades. **Educação Em Foco**, 21(3), 657–684, 2016.
- [8]. RIBEIRO, S. S. F.; PAIVA, A. S. Duas décadas da lei 10.639/2003: uma análise sobre a educação antirracista no currículo da licenciatura em Ciências Biológicas da UFMT/CUA. **Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio**, 16(2), 1543–1559, 2023.